

**Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS**

Demonstrações financeiras  
intermediárias em 30 de junho de 2015

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -  
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office  
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil  
Caixa Postal 1420  
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil

Telefone 55 (48) 3205-5300  
Fax 55 (48) 3205-5301  
Internet [www.kpmg.com/BR](http://www.kpmg.com/BR)

## **Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias**

Aos Acionistas e Administradores da  
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS  
Florianópolis - SC

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS ("Companhia"), em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Exceto quanto ao mencionado no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Base para conclusão com ressalva**

As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que os ativos intangíveis provenientes de direitos oriundos de contratos de concessão sejam amortizados pelo menor entre: (i) o prazo da vida útil estimada dos ativos subjacentes ao direito de concessão ou (ii) o prazo remanescente do contrato de concessão. Até 30 de junho de 2015 a Companhia não havia efetuado análise da vida útil estimada do ativo intangível da concessão. Conseqüentemente, não foi possível determinar os efeitos, se existirem, em relação às despesas de amortização e à amortização acumulada do período findo naquela data.



**Conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, exceto pelo assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.

Florianópolis, 31 de agosto de 2015.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis  
Contador CRC SC-024494/O-1

## Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

### Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em Reais)

Ativo	Nota	30/06/2015	31/12/2014	Passivo	Nota	30/06/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	9.545.000	37.717.171	Fornecedores	10	113.352.707	129.446.842
Contas a receber de clientes	5	52.599.178	42.418.853	Obrigações sociais e trabalhistas		8.667.137	7.351.827
Tributos a recuperar	12	1.445.371	10.978.095	Obrigações tributárias	11	3.335.496	2.921.975
Estoques		1.892.936	1.823.835	Imposto de Renda e Contribuição Social		440.396	-
Outras contas a receber	6	2.088.796	1.675.988	Participação nos resultados		-	2.756.381
Despesas antecipadas		224.701	211.149	Dividendos propostos	13	31.742.041	2.535.510
				Juros sobre capital próprio	13	7.650.000	7.650.000
				Cauções em garantia	15	200.152	200.152
				Provisão para contingências	14	995.958	994.747
Total do ativo circulante		67.795.982	94.825.091	Total do passivo circulante		166.383.887	153.857.434
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Cauções em garantia			
Contas a receber de clientes	5	68.695.226	56.288.941		15	608.294	719.631
Tributos diferidos	7	735.402	1.530.098	Total do passivo não circulante		608.294	719.631
Tributos a Recuperar		1.011.051	1.425.498				
Adiantamentos a fornecedores	8	44.706.503	38.575.569	<b>Patrimônio líquido</b>			
Depósitos judiciais		2.769.839	2.724.518		16		
		117.918.021	100.544.624	Capital social		121.544.940	121.544.940
Investimentos		2.400	2.400	Reserva legal		24.308.987	24.308.987
Intangíveis	9	208.129.418	204.928.145	Reserva Estatutária		11.695.359	11.695.359
		208.131.818	204.930.545	Reserva de retenção de lucros		58.967.378	58.967.378
Total do ativo não circulante		326.049.839	305.475.169	Lucros Acumulados		10.336.976	-
				Dividendos a disposição da AGO		-	29.206.531
Total do ativo		393.845.821	400.300.260	Total do patrimônio líquido		226.853.640	245.723.195
				Total do passivo e patrimônio líquido		393.845.821	400.300.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias

# Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

## Demonstração de resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Nota	abr à jun-2015	Jan à jun-2015	abr à jun-2014	Jan à jun-2014
Receita líquida - Venda de gás	17 a	174.227.055	340.030.486	181.156.077	355.098.628
Receita de construção - CPC 17	17 b	6.915.152	15.653.821	7.684.904	13.449.280
		<u>181.142.207</u>	<u>355.684.307</u>	<u>188.840.981</u>	<u>368.547.908</u>
Custo dos produtos vendidos	18	(141.284.312)	(305.667.217)	(147.307.930)	(294.475.410)
Custo de construção - CPC 17	17 b	(6.915.152)	(15.653.821)	(7.684.904)	(13.449.280)
		<u>(148.199.464)</u>	<u>(321.321.038)</u>	<u>(154.992.834)</u>	<u>(307.924.690)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>32.942.743</b>	<b>34.363.269</b>	<b>33.848.147</b>	<b>60.623.218</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas de vendas		(2.156.538)	(4.349.091)	(668.952)	(3.250.952)
Despesas administrativas		(6.768.090)	(12.128.633)	(5.542.481)	(10.592.222)
Outros resultados operacionais		(523.096)	(1.424.288)	(439.882)	(2.120.349)
		<u>(9.447.724)</u>	<u>(17.902.012)</u>	<u>(6.651.315)</u>	<u>(15.963.523)</u>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>23.495.019</b>	<b>16.461.257</b>	<b>27.196.832</b>	<b>44.659.695</b>
Receitas financeiras	19	532.024	1.263.464	688.242	1.249.024
Despesas Financeiras	19	(1.555.612)	(2.079.345)	(10.225)	(61.698)
		<u>(1.023.588)</u>	<u>(815.881)</u>	<u>678.017</u>	<u>1.187.326</u>
<b>Lucro operacional antes dos impostos</b>		<b>22.471.431</b>	<b>15.645.376</b>	<b>27.874.849</b>	<b>45.847.021</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(4.513.703)	(4.513.703)	(9.108.402)	(15.914.319)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.616.325)	(794.697)	(201.940)	477.395
		<u>(6.130.028)</u>	<u>(5.308.400)</u>	<u>(9.310.342)</u>	<u>(15.436.924)</u>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>16.341.403</b>	<b>10.336.976</b>	<b>18.564.507</b>	<b>30.410.097</b>
<b>Lucro por ação</b>		<b>1,5202</b>	<b>0,9616</b>	<b>1,7270</b>	<b>2,8290</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

## Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

### Demonstração de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

*(Em Reais)*

	abr à jun-2015	Jan à jun-2015	abr à jun-2014	Jan à jun-2014
Lucro líquido do período	16.341.403	10.336.976	18.564.507	30.410.097
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>16.341.403</u></u>	<u><u>10.336.976</u></u>	<u><u>18.564.507</u></u>	<u><u>30.410.097</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

## Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Reservas de lucro					Lucros acumulados	Dividendos à disposição da AGO	Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Reserva especial dividendos			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	121.544.940	24.308.987	-	48.264.600	5.642.690	-	22.398.137	222.159.354
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	30.410.097	-	30.410.097
<b>Saldo em 30 de junho de 2014</b>	<u>121.544.940</u>	<u>24.308.987</u>	<u>-</u>	<u>48.264.600</u>	<u>5.642.690</u>	<u>30.410.097</u>	<u>22.398.137</u>	<u>252.569.451</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	121.544.940	24.308.987	11.695.359	58.967.378	-	-	29.206.531	245.723.195
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	10.336.976	-	10.336.976
Dividendos Complementar ao mínimo obrigatório	13 -	-	-	-	-	-	(29.206.531)	(29.206.531)
<b>Saldo em 30 de junho de 2015</b>	<u>121.544.940</u>	<u>24.308.987</u>	<u>11.695.359</u>	<u>58.967.378</u>	<u>-</u>	<u>10.336.976</u>	<u>-</u>	<u>226.853.640</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias



# Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em Reais)

	30/06/2015	30/06/2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	10.336.976	30.410.097
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido</b>		
Amortização	12.662.045	12.720.229
Constituição de provisão para contingências passivas	1.211	608.509
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	485.220	44.488
Constituição de provisão de fornecedores	-	1.592.889
Apropriação de Administradores cedidos	-	275.194
Imposto de renda e contribuição social diferidos	794.697	-
Atualização Ship/Take or Pay e Variação Cambial Transporte	5.016.940	(9.833.294)
Baixa bens do intangível	599.243	448.446
	<u>29.896.332</u>	<u>36.266.558</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(23.071.830)	(13.779.096)
Tributos a recuperar	8.973.358	(1.477.662)
Estoques	(69.101)	(420.297)
Adiantamento a Fornecedores	(6.130.934)	(1.975.866)
Outras contas do ativo	(471.681)	2.709.914
<b>(Redução) aumento nos passivos</b>		
Fornecedores	(21.111.075)	(1.962.775)
Obrigações tributárias	413.522	(112.698)
Imposto de renda e contribuição social	1.414.209	8.404.227
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.441.072)	(2.005.835)
Cauções em garantia	(111.338)	(1.077)
	<u>(41.605.942)</u>	<u>(10.621.165)</u>
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades operacionais</b>	<b>(11.709.610)</b>	<b>25.645.393</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao intangível	(16.462.561)	(14.269.630)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(16.462.561)</b>	<b>(14.269.630)</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes</b>	<b>(28.172.171)</b>	<b>11.375.763</b>
Caixa e equivalentes no início do período	37.717.171	48.288.507
	<u>9.545.000</u>	<u>59.664.270</u>
<b>Caixa e equivalentes no final do período</b>	<b>9.545.000</b>	<b>59.664.270</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (“Companhia” ou “SCGÁS”), sociedade de economia mista criada em 25 de fevereiro de 1994 através da Lei nº 8.999/93, possui como objeto a distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade, a todo o Estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei nº 9.493/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos, contados a partir dessa data. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC também é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

Até junho de 2015, foram distribuídos pela SCGÁS 318 milhões de metros cúbicos de gás natural<sup>1</sup>. A partir das 9 unidades denominadas “ESTAÇÕES DE RECEBIMENTO-ER”, por meio de 1.094 Km de rede de distribuição.

A instabilidade no ambiente regulatório se mantém neste primeiro semestre, assim como aconteceu durante todo o ano de 2014, impedindo que os repasses do aumento do custo de aquisição do gás às tarifas fossem realizados na medida necessária ao equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. Tal situação requereu a suspensão da aplicação de uma importante política comercial de descontos da Companhia, o Plano de Fidelidade, que vigorou por mais de uma década, porém, alguns consumidores estão contestando judicialmente a referida suspensão e, com base em liminares, pagando as faturas com a aplicação dos descontos do Plano, depositando o valor controverso em juízo. Até junho de 2015 o montante que deixou de entrar no caixa da empresa totalizou cerca de R\$ 69 milhões. As dificuldades vivenciadas lançam o desafio de se construir um ambiente de maturidade técnica no campo da regulação dos serviços concedidos de distribuição de gás em Santa Catarina.

Em 30 de junho de 2015 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 98.587.904 (R\$ 27.938.993 em 2014), impactado principalmente pelo valor a receber dos clientes que estão questionando a parcela do Plano de Fidelidade e que estão contabilmente classificado no Realizável a longo Prazo. Para mitigar esse efeito, a diretoria aprovou no final de 2013 um plano contingencial para reverter a situação de capital circulante líquido negativo em 2014 e 2015. A seguir seguem as principais ações a serem implementadas:

- Renovação de cheque especial junto a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 30 milhões;
- Contratação de linha de crédito Cartão Corporativo no valor de R\$ 10 milhões junto ao Banco do Brasil;

---

<sup>1</sup>As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como metro cúbico ou km, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

- Tratativas junto ao BNDES para viabilizar os investimentos previstos em orçamento no montante de R\$ 26,8 milhões, com prazo para liberação dos recursos prorrogados para o segundo semestre de 2015;
- Acompanhamento sistemático do orçamento.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A diretoria de administração e finanças da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em reunião realizada em 20 de agosto de 2015.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5** - Clientes (PCLD)
- **Nota 9** - Intangíveis
- **Nota 14** - Provisão para contingências
- **Nota 7** - Tributos diferidos

### 3 Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a preparação de suas demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e das demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2014, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas. Essas demonstrações financeiras, portanto, devem ser lidas em conjunto.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>30/06/15</b>	<b>31/12/14</b>
Caixa	6.775	6.353
Bancos conta movimento	1.027.923	2.364.164
Aplicações Financeiras	8.507.351	35.254.057
Numerários em Transito	2.950	92.597
	<u>9.545.000</u>	<u>37.717.171</u>

O saldo dos bancos conta movimento têm por objetivo o pagamento das faturas de gás natural com vencimento em meses subsequentes.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

<b>Instituição</b>	<b>Tipo de aplicação</b>	<b>Taxa</b>	<b>30/06/15</b>	<b>31/12/14</b>
Banco do Brasil	100% CDB	97% CDI	-	700.605
Caixa Econômica Federal	100% a 105% CDB Flex	99% CDI	8.507.351	34.553.452
			<u>8.507.351</u>	<u>35.254.057</u>

### 5 Contas a receber de clientes

	<b>30/06/15</b>	<b>31/12/14</b>
<b>Circulante</b>		
Distribuição de gás canalizado	52.588.226	40.135.551
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.072.435)	(1.587.215)
Parcelamento Clientes	2.887.331	4.949.711
(-) juros a transcorrer	(803.944)	(1.079.194)
	<u>52.599.178</u>	<u>42.418.853</u>
<b>Não Circulante</b>		
Distribuição de gás canalizado	68.695.226	56.110.611
Parcelamento Clientes	-	412.476
(-) juros a transcorrer	-	(234.146)
	<u>68.695.226</u>	<u>56.288.941</u>

**(i) Provisão para crédito de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos.

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de junho de 2015, segregado pela faixa de idade dos saldos:

	A vencer	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 360 dias	> 360 dias	Total
Cientes - Circulante	47.655.048	5.415.412	757.215	153.629	1.494.253	55.475.557
Cientes - Não Circulante	<u>1.710.924</u>	<u>6.195.567</u>	<u>6.311.820</u>	<u>13.052.004</u>	<u>41.424.911</u>	<u>68.695.226</u>
	<u>49.365.972</u>	<u>11.610.979</u>	<u>7.069.035</u>	<u>13.205.633</u>	<u>42.919.164</u>	<u>124.170.783</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<b>Montante</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.587.215
Provisão constituída no período	485.220
Reversão ocorrida no período	-
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>2.072.435</u>

**(ii) Plano fidelidade**

O valor reclassificado para o ativo não circulante no montante de R\$ 68.695.226 refere-se a títulos a receber de clientes que entraram com ação judicial na Comarca de Florianópolis questionando a suspensão do plano de fidelidade, onde obtiveram liminares que concedem o direito de depósito regular em juízo do valor que corresponderia ao referido desconto do plano de fidelidade, que representa em média um percentual de 11,7% da fatura total.

Apesar de haver algumas pequenas diferenças entre decisões liminares, todas elas, sem exceção, condicionaram suas eficácias aos depósitos judiciais para garantir que a SCGÁS receba integralmente os valores controversos e não pagos à Companhia em razão das liminares. Em fevereiro de 2015 houve uma audiência de conciliação, porém sem acordo.

Com base no disposto acima, tais valores não foram tratados como inadimplência, e dessa forma não estão sendo provisionados.

**6 Outras Contas a Receber**

	<b>30/06/15</b>	<b>31/12/14</b>
Adiantamentos a fornecedores	1.625.434	1.407.059
Alienação em curso	10.036	10.036
Devedores diversos	<u>453.326</u>	<u>258.893</u>
	<u>2.088.796</u>	<u>1.675.988</u>

## 7 Tributos diferidos

	30/06/15	31/12/14
<b>Diferenças Temporárias IR e CSLL</b>		
Provisão para contingências passivas	338.626	338.214
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	704.628	539.653
Mudança critério Amortização	(389.646)	(394.837)
Provisão Variação Cambial Gás	(287.956)	591.859
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	340.850	455.209
Outras Provisões	28.900	-
	<u>735.402</u>	<u>1.530.098</u>

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos a recuperar no montante de R\$ 340.850 em 30 de junho de 2015 (R\$ 455.209 em 31 de dezembro de 2014) são decorrentes das mudanças previstas na Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, sendo que a sua completa recuperabilidade irá ocorrer até o ano de 2018.

## 8 Adiantamentos a fornecedores

O montante de R\$ 44.706.502,80 (R\$ 38.575.569 em 31 de dezembro de 2014) refere-se à diferença entre os volumes de gás transportados e efetivamente distribuídos conforme Aditivo Contratual de 02 de fevereiro de 2007, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras.

De acordo com o referido contrato a Companhia possui obrigação mínima de transporte diário de 1.900.000m<sup>3</sup>. A medição de tal utilização se dá anualmente, sendo que o aditivo supramencionado convencionou o exercício como tendo início no dia 1º de abril e término em 31 de março.

Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente transportado durante o exercício a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade quitada e não transportada poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 10 (dez) anos.

### Movimentação do Ship or Pay

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>38.575.569</b>
(+) Adições	4.456.519
(+) Ajustes Petrobras	-
(+) Atualização	1.674.415
(-) Compensação	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2015</b>	<b>44.706.503</b>

A Companhia está realizando um estudo técnico detalhado para verificar a real capacidade de recuperação do Ship Or Pay - SOP. Caso tais estudos indiquem que não será possível recuperar parte destes valores, irá registrar o Impairment destes volumes, por esta razão não se apresenta nesta demonstração intermediária a previsibilidade de recuperação.

## 9 Intangíveis

	<b>Taxa anual de amortização</b>	<b>30/06/15</b>	<b>31/12/14</b>
Terrenos	-	387.990	387.990
Tubulações	10%	354.444.953	347.666.635
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	68.183.029	67.902.951
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.575.381	1.532.910
Sistemas e equipamentos de informática	10%	4.018.916	3.719.393
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	576.107	570.317
Sistema de gestão	10%	1.447.927	1.318.871
Software	10%	1.562.121	1.562.121
Intangível a amortizar	-	<u>71.198.252</u>	<u>62.870.170</u>
		503.394.676	487.531.358
(-) Amortização acumulada		<u>(295.265.258)</u>	<u>(282.603.213)</u>
		<u>208.129.418</u>	<u>204.928.145</u>

A movimentação ocorrida no exercício findo em 30 de junho de 2015 se deu como segue:

	<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Devolução estoque</b>	<b>Transferências</b>	<b>Amortização</b>	<b>Saldo em 30/06/2015</b>
Terrenos	387.990	-	-	-	-	-	387.990
Tubulações	124.875.826	-	(10.570)	(1.638)	6.790.526	(11.248.328)	120.405.816
Aparelhos, máquinas e equipamentos	13.760.799	379.818	(847)	(500.978)	402.084	(1.190.945)	12.849.931
Equipamentos e móveis administrativos	469.812	42.471	-	-	-	(53.477)	458.806
Sistemas e equipamentos de informática	1.513.429	299.523	-	-	-	(112.434)	1.700.518
Benfeitorias em imóveis de terceiros	303.448	5.790	-	-	-	(22.279)	286.959
Sistema de gestão	311.334	129.056	-	-	-	-	440.390
Software	435.339	-	-	-	-	(34.582)	400.757
Intangível a amortizar	<u>62.870.168</u>	<u>15.605.903</u>	<u>(85.210)</u>	<u>-</u>	<u>(7.192.610)</u>	<u>-</u>	<u>71.198.251</u>
	<u>204.928.145</u>	<u>16.462.561</u>	<u>(96.627)</u>	<u>(502.616)</u>	<u>-</u>	<u>(12.662.045)</u>	<u>208.129.418</u>

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculados à prestação do serviço especificado no contrato de concessão de serviços.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivo Contrato de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição, segundo o entendimento da administração, está intrinsecamente relacionada ao benefício econômico por ele gerado, relacionado ao cumprimento do contrato de concessão. Em virtude disto e do determinado no Contrato de Concessão para o cálculo da tarifa para distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens da concessão com a taxa de 10% ao ano. Cumpre destacar que o prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994.

Todos os bens da Companhia, de acordo com o contrato de concessão, serão reversíveis ao poder concedente no término do mesmo, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido a Companhia. Em virtude das taxas de amortização utilizadas, no término da concessão os ativos já estarão totalmente amortizados. Desta forma, em 30 de junho de 2015 a Companhia não possui valores a receber do poder concedente.

## 10 Fornecedores

	30/06/15	31/12/14
Fornecedor de Gás - Petrobras	106.699.694	117.605.095
Fornecedores de materiais e serviços	6.653.013	11.841.747
	<u>113.352.707</u>	<u>129.446.842</u>

## 11 Obrigações tributárias

	30/06/15	31/12/14
Cofins a recolher	1.078.582	256.164
Pis a recolher	234.166	55.615
ICMS a recolher	1.884.731	1.050.111
Tributos Retidos Fonte	138.017	1.560.085
	<u>3.335.496</u>	<u>2.921.975</u>

## 12 Tributos a recuperar

Tributos a recuperar	30/06/15	31/12/14
PIS / COFINS a Recuperar	-	-
IRPJ antecipado	973.812	4.828.698
CSLL antecipado	-	2.715.526
ICMS a Recuperar	1.445.371	3.433.871
	<u>2.419.183</u>	<u>10.978.095</u>

## 13 Dividendos propostos a pagar

A Companhia havia provisionado o montante de R\$ 2.535.510, referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com o seu estatuto social e Lei 6.404/76. Abaixo segue a memória de cálculo:

Lucro do Exercício	40.742.041
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 25%	10.185.510
Dividendos Complementares	29.206.531
Juros sobre Capital Próprio	<u>7.650.000</u>
Dividendos Propostos	<u>2.535.510</u>



Na AGO de 29/04/2015 foi deliberado pelo reconhecimento de dividendos complementares no montante de R\$ 29.206.531 a serem pagos até o mês de dezembro do corrente ano.

## **14 Provisão para contingências**

A Companhia é parte em processos civis, trabalhistas, tributários e outros assuntos que estão sendo discutidos judicialmente. Com base no CPC 25 e na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essas contingências no montante de R\$ 995.958 (R\$ 994.747 em 31 de dezembro de 2014) que possuem risco de perda classificado como provável.

<b>Causa</b>	<b>Civil</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Tributária</b>	<b>Total</b>
Provável	86.133	909.825	-	995.958
Possível	8.378.852	7.030.764	-	15.409.616
Remota	11.326.587	144.500	-	11.471.087
	<u>19.791.572</u>	<u>8.085.089</u>	<u>-</u>	<u>27.876.661</u>

O valor de R\$ 7.030.764, classificado como processo trabalhista e que possui probabilidade de perda possível na avaliação dos advogados refere-se principalmente a processo movido pelo Ministério Público do Trabalho contra a SCGAS por conta de verbas trabalhistas não pagas por uma empreiteira contratada que abandonou canteiro de obras do ramal Serra Catarinense. A assessoria jurídica da SCGAS já ingressou com recurso junto a Justiça do Trabalho e aguarda a tramitação do processo. O valor de R\$ 8.378.852 e R\$ 11.326.587, classificados com processos civis e que possuem probabilidade de perda como possível e remota, respectivamente, referem-se principalmente por grupo de pessoas que ingressaram na justiça por conta de uma ação de danos materiais pelos danos causados em 2008 por uma explosão no gasoduto da TBG e que a SCGAS está arrolada no processo como corresponsável e por um cliente que está questionando a retirada do plano de Fidelidade, respectivamente.

## **15 Cauções em garantia**

A SCGÁS por ser Companhia de economia mista tem por obrigação legal, Lei 8.666/96, reter valores relativos a garantias de propostas comerciais e garantias contratuais, 1% e 5%, respectivamente, do valor do contrato. Tais valores são depositados pelos fornecedores que participam e vencem os processos licitatórios, sendo tais valores devolvidos ao término do contrato corrigido monetariamente pelo INPC. Em 30 de junho de 2015, o montante de R\$ 200.152 e R\$ 608.294 (R\$ 200.152 e R\$ 719.632 em 31 de dezembro de 2014) está apresentado no passivo circulante e no passivo não circulante, respectivamente.

## 16 Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2015, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 10.749.497 ações, sendo 3.583.167 ações ordinárias e 7.166.330 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2014), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			% de participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17%
Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul - Infragás	107.496	-	107.496	1%
	<u>3.583.167</u>	<u>7.166.330</u>	<u>10.749.497</u>	<u>100%</u>

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e estatuto social da SCGÁS.

Em fevereiro de 2013 a Procuradoria do Estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a CELESC, entrou com uma ação contra a SCGAS, Petrobras, Mitsui Gás e Infragas questionando a transferência do controle acionário da SCGAS e o acordo de acionistas firmado em 1994. Em março de 2013 o judiciário concedeu liminar favorável a PGE. Entretanto a Mitsui e Petrobras ingressaram com agravo de instrumento pedindo a suspensão da liminar que foram deferidos. Atualmente o processo aguarda os julgamentos dos agravos interpostos.

### a. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 2014 nenhum valor foi constituído, em função ao referido limite de 20% do capital social.

### b. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

### c. Reserva estatutária

Em 28 de abril de 2014, via Assembleia Geral Ordinária realizada na Companhia criou a reserva estatutária destinada a retenção de parcela de lucro não realizado financeiramente decorrente da ação judicial em curso relativo ao plano de fidelidade, com consequente alteração do seu estatuto social. Tal reserva está limitada a 50% do valor do capital social e será realizada quando do transito em julgado da referida ação judicial.

## 17 Receita

### a. Receita líquida de vendas

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da Receita bruta estão demonstrados a seguir:

**Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS**  
*Demonstrações financeiras intermediárias*  
em 30 de junho de 2015

	<b>30/06/15</b>	<b>30/06/14</b>
<b>Receita bruta de distribuição de gás</b>	433.756.514	452.960.673
<b>Deduções da receita bruta</b>		
Devolução vendas	-	(25.081)
ICMS sobre vendas	(48.260.412)	(50.196.928)
ICMS - ST	(5.887.757)	(6.328.921)
PIS sobre vendas	(7.059.832)	(7.369.007)
COFINS sobre vendas	(32.518.027)	(33.942.108)
	(93.726.028)	(97.862.045)
<b>Receita líquida</b>	340.030.486	355.098.628

**b. Receitas e custos de construção**

	<b>30/06/15</b>	<b>30/06/14</b>
Receita de construção	15.653.821	13.449.280
Custos Construção	(15.653.821)	(13.449.280)
Receita Operacional Líquida de Construção	-	-

**18 Custo dos produtos vendidos**

	<b>30/06/15</b>	<b>30/06/14</b>
Custo GN	285.778.603	274.533.216
Custo Pessoal	1.737.989	1.568.961
Materiais	368.584	523.182
Serviços Terceiros	3.374.700	2.911.312
Aluguéis	2.260.563	2.284.079
Gerais	34.496	46.454
Amortização	12.112.282	12.608.207
	305.667.217	294.475.410

**19 Resultado financeiro**

A companhia durante o ano corrente vem se utilizando de recursos financeiros para suprir suas necessidades de caixa, com a utilização de cheque especial junto a Caixa Econômica Federal e de Cartão Corporativo junto ao Banco do Brasil. Tal mecanismo vem impactando no resultado da companhia, conforme demonstrado a seguir.

	<b>30/06/15</b>	<b>30/06/14</b>
Receitas Aplicações Financeiras	181.619	8.673
Juros / Multa Clientes	1.081.845	1.240.352
Juros e taxas Financiamentos	(1.858.539)	(42.336)
Outras Despesas Financeiras	(220.806)	(19.363)
Resultado Financeiro	(815.881)	1.187.326

## 20 Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesc, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro ; Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S/A.

### a. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem os saldos a receber e a pagar decorrentes de operações comerciais de compra e venda de gás natural por empresas pertencentes à Petrobras.

<b>Composição dos saldos</b>	<b>30/06/15</b>	<b>31/12/14</b>
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber BR Distribuidora	1.301.255	1.344.772
<b>Ativo não circulante</b>		
Adiantamento fornecedor de gás - Petrobras - SOP	44.706.503	38.575.569
<b>Passivo circulante</b>		
Fornecedor de gás - Petrobrás	106.699.694	117.605.095
<b>Composição dos saldos</b>		
	<b>30/06/15</b>	<b>30/06/14</b>
<b>Receitas com partes relacionadas</b>		
BR Distribuidora S/A	15.644.102	19.366.534
<b>Compra de Gás Natural</b>		
Petróleo Brasileiro S/A	360.767.593	364.324.442

### b. Remuneração - Conselho de administração, fiscal e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, estão demonstradas a seguir:

	<b>30/06/15</b>	<b>30/06/14</b>
Conselho de administração	70.816	66.663
Conselho fiscal	42.489	39.998
Diretores	392.210	398.263
	<u>505.515</u>	<u>504.924</u>

## 21 Gerenciamento de risco financeiro

### Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e

- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

**a. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que em se tratando das contas a receber de clientes o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

**b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais. O não repasse dos aumentos do custo de aquisição do gás natural para a tarifa de venda tem reduzido a liquidez da empresa. Para se proteger a SCGÁS está avaliando alternativas junto às instituições financeiras e já possui contrato de crédito rotativo junto à Caixa Econômica Federal, na modalidade Cheque Especial Caixa - Setor Público, no montante de R\$ 30 milhões.

**c. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**(i) Risco de câmbio**

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. A Companhia não utiliza contratos de derivativos para fazer frente a este risco, visto que tais valores, de acordo com o Contrato de Concessão, devem ser repassados ao consumidor quando da revisão tarifária, o que, conforme já mencionado, não está sendo observado pela Agência Reguladora. Se tal situação permanecer, a Companhia poderá estudar a possibilidade de acionar instrumentos de cobertura do risco cambial.

**(ii) Risco de taxas de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a este risco.

(iii) **Risco Regulatório**

A Companhia continua atravessando momento de instabilidade regulatória, embora a administração não tenha medido esforços no sentido de, junto a Agência Reguladora do Estado de Santa Catarina - AGESC, dar transparência ao cumprimento do Contrato de Concessão. A Companhia espera a conclusão por parte da AGESC do Processo Administrativo 026/09-3 que trata sobre o assunto.

Durante o exercício social 2014 houve um aumento significativo no custo de aquisição do GN, principalmente pela variação cambial, apesar da queda do preço do Petróleo no mercado internacional. Mesmo não havendo um pedido formal de reajuste, a SCGAS trabalhou no sentido de realizar diversas reuniões com representantes do mercado, FIESC, AGESC e acionistas no sentido de aprofundamento da metodologia tarifária e criar condições para repasses automáticos dos custos não gerenciáveis para a tarifa. Em fevereiro de 2015 a AGESC concedeu um reajuste inferior ao pedido da SCGAS, concedendo um aumento médio de 0,63% na tarifa.

Este cenário está expondo a SCGAS a uma situação de forte contingenciamento de custeio e de investimentos.

**Classificação dos instrumentos financeiros**

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>
<b>Ativos</b>		
Caixa e Equivalente de Caixa	9.545.000	37.717.171
Contas Receber Clientes	121.294.404	98.707.794
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	113.352.707	129.446.842

**Análise de sensibilidade**

A companhia está exposta a riscos de incorrer em perdas por conta de flutuações em taxas de juros, ou outros indexadores.

Abaixo estão demonstrados os montantes que estão sujeitos a tais riscos:

<b>Descrição</b>	<b>Montante Exposto</b>	<b>Indicador</b>
Aplicações Financeiras	8.507.351	CDI 11,72%
Adiantamento a Fornecedores	44.706.503	m3 0,13090

A Companhia adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme descrito na nota nº 4. As taxas de juros do mercado são monitoradas

com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os valores da citada exposição são apresentados a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Montante Exposto</b>	<b>Indicador</b>
Aplicações Financeiras	8.507.351	CDI 11,72%
Adiantamento a Fornecedores	44.706.503	m3 0,16470

## **22 Eventos subsequentes**

### **a. Reajuste tarifário**

A SC Gás conseguiu aprovação de reajuste tarifário em 06/08/2015, conforme publicação no Diário Oficial de Santa Catarina, aprovada pela agência reguladora (AGESC). O reajuste passará a vigorar a partir de 16/08/2015.